



Cadernos Brasileiros de Saúde Mental

ISSN: 1984-2147

Florianópolis, Volume 6, nº.14, 2014

EDITORIAL

O ano de 2015 foi extremamente dinâmico no que concerne aos avanços e obstáculos no campo da saúde mental e atenção psicossocial. Muitos incidentes marcaram o ano e uma lista deles tomaria talvez muito mais do que este breve editorial. Entre os obstáculos, poderíamos citar os ataques constantes à política de saúde mental, à Lei 10.216/2001, o verdadeiro frenesi que se apossou de grande parte da população, alimentado por parte da mídia, sobre uma alegada epidemia de crack, sobre a relação entre pessoas morando na rua e o aumento da violência, e a consequente “solução” imediatista da internação de grandes contingentes de pessoas às quais se atribuem as culpas pela deterioração das cidades. Poderíamos destacar as diversas tentativas de aprovação de leis, políticas, arranjos, alianças, para priorizar internações compulsórias, que grassam por todo o território nacional. Poderíamos falar do estado desumano das instituições psiquiátricas, ainda uma triste realidade em nosso país.

Devemos estar alertas e prontos para nos posiciarmos sobre os fatos acima citados e outros que seguem o mesmo fluxo de incidência. A Reforma não se sustenta sem a constante e permanente luta para garantir os direitos

preconizados no contexto do SUS, ao acesso universal aos serviços e ao que de melhor pode ser oferecido em termos terapêuticos, preventivos e promocionais.

Mas também não podemos esquecer um obstáculo interno ao sistema, à própria rede de saúde mental, que é a dificuldade da gestão, na saúde mental, em operacionalizar os preceitos da política nacional de saúde mental. As gestões têm se mostrado, em termos gerais, ausentes do campo. Muitos gestores não demonstram a capacidade técnica, a vontade política, a força de liderança, necessárias para a consolidação da Reforma. Em muitos municípios e estados temos aparatos pífios de gestão. Coordenações de estados inteiros, ou de municípios populosos, formados por “equipes” de duas, três, quatro pessoas, alojadas em espaços ínfimos, muitas vezes em um canto qualquer da Secretaria de Estado ou municipais. Coordenações de Saúde Mental que não são encontradas em organogramas, que não dispõem de recursos, que não têm força política, às quais não se dá a mínima atenção.

No que se refere ao trabalho da gestão, muitas vezes o coordenador está distante das equipes, não conhece seus próprios setores de matriciamento, não articula as equipes de saúde mental com as da atenção básica, não cumpre, em suma, as funções para as quais devia estar atento e nas quais deve estar engajado. Não existe nem uma proximidade, nem uma cobrança sobre muito do que está acontecendo na saúde mental. Não se cobra adequadamente que haja capacitações, que sejam cumpridas determinações legais, como projetos terapêuticos, não se busca garantir a qualidade da atenção. Em geral, temos percebido, no exercício da gestão em saúde mental e atenção psicossocial, a falta de planos de execução do trabalho que sejam claros, transparentes, acessíveis a todo o setor saúde e com a busca de participação comunitária. Com isso não sabemos quais são os prazos, as metas, como se pretende cumprir os objetivos, ou mesmo quais são, hoje, estes objetivos e como os estamos conduzindo.

Talvez seja este um grande objetivo a ser cumprido, na saúde mental, de nos voltarmos um pouco para a gestão, para que ela assuma sua cota de liderança deste processo histórico de transformação a que todos aspiramos.